

HABEAS CORPUS Nº 570.334 - SP (2020/0078952-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : REGINA CELIA GOMES
ADVOGADO : REGINA CÉLIA GOMES - SP150532
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIA OLIVEIRA VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 28):

HABEAS CORPUS Tráfico de Drogas - Excesso de prazo não caracterizado Andamento processual dentro da razoabilidade Audiência de continuação já designada - Ordem denegada.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 9/5/2019, custódia que foi convertida em preventiva, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* c/c Art. 40, VI, da Lei 11.343/2006.

Impetrado prévio *writ*, o Tribunal de origem denegou a ordem.

A defesa alega constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para o encerramento da instrução, e que a paciente se encontra presa *há 10 (dez) meses – SEM AUDIÊNCIA DESIGNADA*.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da custódia cautelar, para que o paciente possa aguardar em liberdade o desenrolar do processo.

Na origem, o processo 1502692-44.2019.8.26.0320, oriundo da 1ª Vara Criminal de Limeira/SP, encontra-se em fase instrutória, consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 1/4/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial o andamento detalhado da ação penal, além de cópia do decreto prisional cautelar.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator